

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária do 7º Período Ordinário da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano dois mil e vinte, sob a Presidência do vereador Joanyr da Rocha Estumano, teve lugar a Sessão em forma do sistema virtual, criado através da Resolução nº 001/20, de 30 de abril de 2020, que estabelece a adoção do Plenário Virtual, enquanto durar o período de isolamento social imposto pelas autoridades de saúde, devido ao COVID-19. A seguir foi feita a chamada dos vereadores, são eles: Ivalter Barbosa Cardoso Filho, Rafael Tavares Costa, Antônio Odinélio Tavares da Silva Junior, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Marcelo Augusto Andrade Sarubbi, Joseane de Oliveira Seixas, Carmela Lucia Teixeira da Costa, Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Francisco Azevedo Pereira, Marta Monteiro Godinho, José Maria Calderaro Filho, Manoel José da Cruz Malcher e Raimundo Tomé de Oliveira Wanzeler. Ausente o vereador: Edivaldo Jorge Castro de Souza, com ausência justificada, por se encontrar devidamente licenciado. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão remota. A seguir, o Sr. Presidente comunicou que as duas atas serão colocadas em discussão e votação na próxima sessão, conforme o combinado. Ato seguir, o Sr. Presidente solicitou à 1ª secretária que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Projeto de Lei nº 020/20, de autoria da vereadora Marta Godinho, que dispõe sobre a implantação do Prontuário Eletrônico do Paciente na rede pública de saúde, do Município de Oriximiná; Projeto de Lei nº 021/20, de autoria da vereadora Ana Cleyde, que Denomina a sala de Embarque e Desembarque de Passageiros do aeroporto Brigadeiro Contidio Guimarães do Município de Oriximiná de Hailton Aleixo da Silva; Requerimento dos vereadores Joanyr Estumano, Marta Godinho e Manoel Malcher, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal e a Secretária Municipal de Saúde, solicitando o seguinte: 1 – Avaliar a retomada gradual das atividades presenciais das instituições religiosas nos parâmetros do decreto estadual nº 800; 2 – Que seja informado nos informativos disponibilizado pelo comitê de crise, qual a zona de classificação por nível de risco (bandeira) que se encontra o município de Oriximiná; 3 – Que seja informado qual o risco da capacidade hospitalar do município entrar em colapso mediante a evolução

contaminação do COVID-19; Indicação nº 001/20, da vereadora Josy Seixas, Indicando ao Prefeito Municipal que viabilize junto aos órgãos competentes a criação de Programa de realização de teste rápido em Massa, se possível em casa para pacientes com dificuldades de locomoção seguindo todos os padrões da secretaria de saúde, assim como, para familiares que tenham convívio com pacientes diagnosticados com COVID-19, profissionais da saúde e da segurança pública que estão atuando na linha de frente no enfrentamento a pandemia no município de Oriximiná, estendido aos seus familiares, quando estes testarem positivo; Indicação nº 002/20, da mesma vereadora, Indica ao Prefeito Municipal, que inclua o serviço de atendimento com psicólogos via telemedicina, nas nações de combate ao COVID-19, para avaliar casos clínicos de paciente; Ofícios nrs. 052 a 055/20, expedidos ao Prefeito e a diversos; Moção de Aplausos e Agradecimento ao Prefeito Municipal pelo convenio assinado para construção do hospital em nosso município. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra aos Senhores Vereadores. Com a palavra a vereadora Josy Seixas, reportou-se sobre a Indicação que apresentou nesta sessão, justificando que em virtude dessa pandemia muitas empresa e comércios estão com baixos lucros, o que pode acarretar em diminuição de salários ou até demissão de funcionários, fazendo que tenhamos sérios problemas na cidade e região, quanto ao desemprego, é que Indica ao Prefeito Municipal que realize compras emergenciais de preferencia das empresas e comércios locais ou de nossa região. A seguir fez uso da palavra a vereadora Ana Cleyde, disse que apresentou várias Indicações ao comitê de crise, infelizmente até a presente data não obteve nenhuma resposta. Destacou a que solicitava da secretária de saúde um transporte para locomoção das pessoas que estão infectadas pelo vírus e precisam se deslocar até a Unidade Básica de Saúde. Citou um caso de um casal que mora no residencial Tia Ana, que estão doentes de COVID-19, vinham para a UBS, de pés, o que é lamentável. Continuando a nobre vereadora reportou-se sobre o Projeto de Lei que denomina a sala de Embarque e Desembarque de Passageiros do aeroporto Brigadeiro Contidio Guimarães do Municipio de Oriximiná de Hailton Aleixo da Silva, o popular Monte Alegre, que trabalho durante muitos anos no aeroporto do nosso município, até seu falecimento. Portanto merece essa homenagem, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados naquele logradouro público. A seguir fez uso da palavra a vereadora Marta Godinho, reportando-se sobre o requerimento que apresentou nesta sessão juntamente com os vereadores Manoel Malcher e Joanyr Estumano que solicita do Prefeito e da Secretária de Saúde que avaliem a retomada gradual das atividades presenciais das instituições religiosas nos

parâmetros do decreto estadual nº 800, como também o comitê de crise informe qual a zona de classificação por nível de risco (bandeira) que se encontra o município de Oriximiná e qual o risco da capacidade hospitalar do município entrar em colapso mediante a evolução contaminação do COVID-19. Justificou a vereadora a necessidade da abertura gradualmente das igrejas católicas e evangélicas, uma vez que as pessoas precisam também buscar forças espirituais, haja visto que o isolamento social abala o psicológico das pessoas. Mas que seja bem avaliado pelo comitê de crise. Finalizou a vereador afirmando que as igrejas são serviços essenciais. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente colocou a disposição dos Líderes partidários. Com a palavra o vereador Ludugero Junior, disse que foi baixado um decreto do executivo municipal com medidas mais rígidas no combate ao coronavírus em nosso município, onde o deputado Ângelo Ferrari estava na rádio sucesso, fazendo politicagem em cima do referido decreto, querendo jogar a população de encontro com o gestor municipal e as autoridades da saúde, o que é inaceitável. Acrescentou o vereador que em outras sessões a Câmara solicitou medidas mais severas no combate a esse vírus, o que está sendo feito através do decreto, inclusive atendendo recomendações do Ministério Público. Finalizou solicitando aos vereadores que após o término desta sessão permanecessem online, para verificar as questões dos projetos de leis que se encontram em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive a LDO, que precisa ser aprovada antes do recesso da Câmara. Com a palavra o vereador Arnaldo Gemaque, disse que tais medidas mais rígidas eram para serem tomadas desde o início dessa pandemia, como sempre solicitou, agora que a cada dia aumenta mais o número de contaminados pelo COVID-19 em nosso município, estão tomando as devidas providências, o que no seu ponto de vista não vai adiantar muito, até porque as pessoas vão se desesperar para se deslocarem para o comércio que está com horário reduzido, vão se aglomerar, o que é preocupante. Em aparte a vereadora Josy Seixas, disse que as pessoas estão adoecendo com o isolamento social, daí a necessidade da testagem rápida, só assim vamos ter dados concretos sobre o número de infectados pelo COVID-19 em nosso município, até muitas pessoas tem medo de ir às unidades de saúde. Retomando a palavra o vereador Arnaldo, disse que as indicações apresentadas nesta Casa, são de grande relevância, agora as ações estão demorando muito acontecer, não tem o controle real da situação desse vírus, o que é preocupante. Disse ainda que não tem conhecimento quando o comitê vai se reunir, com isso vamos ficar sem saber o que está acontecendo. Em aparte o vereador Zequinha, reportou-se sobre o decreto do Executivo Municipal, onde vem considerando as

proposições do comitê de risco e as recomendações do Ministério Público Estadual de Oriximiná, mas como já foi dito por alguns vereadores que as nossas sugestões não estão sendo ouvidas pelo comitê de crise, os nossos esforços não estão surtindo efeitos. Lembrou o Edil que sugeriu em sessão anterior que tivesse uma medida usando o final do CPF das pessoas ímpares e para diminuir o fluxo de pessoas nas vias pública. O decreto estabelece a placa de veículos. Disse ainda que o artigo 32 do referido decreto proibi visitas em casas onde não se resida, com exceção para prestação de socorro e atendimento a idosos que residam sozinhos, o que não concorda, como também a proibição de atividades físicas em locais privados. Portanto no seu ponto de vista há necessidade de fazer algumas correções no referido decreto. Em aparte o vereador Manoel Malcher, parabenizou todos os profissionais de saúde do hospital municipal que estão na linha de frente do combate a essa pandemia. Em relação ao decreto disse que foi procurado por várias pessoas que tem quitandas de frutas estão preocupados em relação a redução do horário de funcionamento, que podem tem prejuízos com as frutas e verduras que estragam. Espera que seja olhada essa questão pelo Poder Público. Em relação aos comércios, disse que muitos comerciantes estão tomando todas as precauções. Continuando o Edil falou da Indicação que apresentaram nesta sessão solicitando a avaliação para abertura gradual das igrejas evangélicas e católicas. Espera que seja bem analisada pelo comitê de crise. Retomando a palavra o vereador Arnaldo Gemaque, disse que achar que não vai diminuir o fluxo de pessoas na área comercial com a redução do horário, até porque as pessoas vão querer sair ao mesmo tempo de casa, o que é preocupante. Com a palavra o vereador Zequinha Calderaro, disse que não pode se basear no decreto estadual, pois a realidade da Capital do Estado é diferente do nosso município. Disse que ouviu uma entrevista do Prefeito Municipal sobre o decreto com medidas mais rígidas, obedecendo as recomendações do comitê de risco e do Ministério Público, mais no seu ponto de vista alguns itens deveriam ser corrigidos, como da pratica de atividades físicas em locais privados, assim como as visitas as pessoas idosos que residem em locais diferentes dentre outros. Em aparte o vereador Junhão, disse que nas redes sociais estão acusando os vereadores, por conta desse decreto, onde não temos nada haver. Continuando o vereador Zequinha, disse que o decreto é um ato do Gestor que tem a responsabilidade de todo o teor do mesmo. Continuando o nobre vereador disse que tem quatro mandatos, sempre trabalhando com seriedade, responsabilidade e independência, portanto não compactua com que estão falando nas redes socais a respeito do decreto do prefeito. Com a palavra o vereador Quinho, disse que a intenção do prefeito e acertar, fazendo o que é melhor

para a nossa população. Em relação ao decreto foi elaborado de acordo com as recomendações do comitê de risco e Ministério Público, mais infelizmente ninguém consegue agradar a todos. Disse ser lamentável que pessoas usam as redes sociais para denegrir a imagem dos vereadores e do Gestor Municipal, como também se aproveitam da oportunidade para fazerem politicagem. Em aparte o vereador Ludugero Junior, ressaltou que o decreto não é uma decisão exclusiva do prefeito e sim está atendendo recomendações das autoridades de saúde e do Ministério Público. Acrescentou ainda o Edil que em sessões anteriores teve vereador solicitando lockdown, no município, agora estão contra o decreto com medidas mais rígidas. Então é só a câmara revogar o decreto, se a acharem que está errado. Em aparte a vereadora Josy Seixas, disse que quando ocorreu o fato do moçada, onde acusaram a vereadora de ter trazido o vírus para Oriximiná, as autoridades sabiam o que realmente tinha acontecido mais se calaram. Então estamos passando por um momento crítico em relação a essa pandemia, que se faz necessário medidas mais severas, para diminuir o número de pessoas infectadas em nosso município. Em aparte o vereador Zequinha disse que questionou alguns itens teor do decreto. Agora todos os 15 vereadores podem sustar o decreto, quando percebe que o prefeito exorbitou no direito. Portanto o decreto municipal é unilateral, ou seja, o prefeito não elaborou sozinho. Em aparte a vereadora Ana Cleyde disse que cada medida tem gera polemica, isso é natural do ser humano. Disse que essas medidas não estão chegando tardiamente, até porque agora que estamos vendo o aumento do vírus em nosso município diariamente, o que é preocupante. Retomando a palavra o vereador Quinho, disse que as empresas das embarcações tomaram medidas rígidas, não levando passageiros para outros municípios, que também causou prejuízos, mais o importante é preservar a vida. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente, solicitou a aquiescência do Plenário, para dispensa do Intervalo regimental de quinze minutos. Obtido a aquiescência do Plenário, o Sr. Presidente passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando a 1ª Secretária, que procedesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Não havendo matérias para serem discutidas e votadas, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Lido e submetido a discussão o requerimento dos vereadores Manoel Malcher, Marta Godinho e Joanyr Estumano. Discutiram o requerimento os vereadores Zequinha, marta, Ludugero Junior, Tomé e Josy Seixas. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por doze votos a favor e dois contra dos vereadores Raimundo Tomé e Carmela Lucia. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, o Sr. Presidente

passou a segunda parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o vereador Arnaldo, disse que se ouviu tanto o governador do Pará, usar a expressão fiquem em casa, e não funcionou. Lembrou ainda que em outros Países que voltaram as atividades, o vírus voltou. Então é preciso que seja bem analisada essa situação. Com a palavra a vereadora Marta agradeceu os vereadores que votaram favoráveis ao requerimento apresentado nesta sessão. Disse ainda que as igrejas são serviços essenciais. Finalizou pedindo a proteção divina a todos. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra o Sr. Presidente, agradeceu a todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para amanhã, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário